

Universidade de São Paulo
Escola de Comunicações e Artes
Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação
Curso: Cultura, Comunicação e Relações Étnico Raciais

**Educação para as Relações Étnico-raciais: instrumentalidade
emancipatória e antirracista**

Cecília Victor da Silva

Orientador: Dennis Oliveira

São Paulo

2024

Resumo

Este projeto de pesquisa tem como objetivo ressaltar a importância da Educação para as Relações Étnico-raciais no âmbito das Políticas Públicas de Educação, compreendendo as dimensões e impactos do racismo estrutural no desenvolvimento de crianças e adolescentes e de toda a comunidade escolar.

Será apresentada uma breve contextualização da educação básica no Brasil, percorrendo a historicidade da exclusão de pessoas negras, os movimentos sociais precursores, os avanços e a importância da democratização do acesso à educação para o desenvolvimento do país. Ressaltando a necessidade de ampliação da EREER para a qualidade do ensino, bem como uma instrumentalidade que corrobora com a redução das desigualdades e a promoção da equidade dentre os estados brasileiros.

Infere-se que esta pesquisa poderá contribuir com a compreensão da importância da Educação para as Relações Étnico-raciais na democratização do acesso à Política de Educação em todas as esferas governamentais e, quais caminhos podem ser trilhados a partir das Leis nº10.639/2003 e nº11.645/2008.

Palavras-chave: Educação Antirracista, Educação básica, racismo estrutural, interseccionalidades e democratização de acesso à educação.

1. Introdução

Compreender a importância do acesso à educação básica para o desenvolvimento social e econômico em uma sociedade é para além da execução de políticas públicas essenciais, é um passo para o futuro, valorizando as potencialidades do povo e dos seus territórios, pois não há Brasil sem a cultura indígena e africana, e com isso, não há democratização de acesso à educação sem considerarmos no processo de aprendizagem baseado Educação para as relações étnico-raciais.

Mesmo após a abolição da escravatura em 1888, as políticas públicas continuaram a excluir esses grupos das oportunidades educacionais, perpetuando um sistema de exclusão e discriminação, que nomeamos de racismo estrutural, como contextualiza Dennis de Oliveira, professor da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP) em uma entrevista ao portal Grabois¹:

“O racismo é estrutural porque justamente as estruturas lógicas dessa formação social do capitalismo dependente foram constituídas a partir do escravismo. Se o racismo estruturava aquela ordem escravista, ele estrutura o capitalismo da superexploração”.

Na era contemporânea, embora tenham sido implementadas políticas afirmativas para tentar corrigir as desigualdades históricas, o racismo institucional ainda persiste de diversas formas na educação brasileira. Além disso, o currículo escolar muitas vezes reproduz estereótipos e preconceitos raciais, negligenciando a história e a cultura afro-brasileira e indígena e contribuindo para a perpetuação do racismo estrutural.

¹ <https://grabois.org.br/2023/03/23/dennis-de-oliveira-o-racismo-e-sim-estrutural/> acessado em 17/02/2023 às 13h01.

O racismo institucional na educação brasileira é um fenômeno complexo que possui raízes profundas na história do país e que continua a perpetuar desigualdades até os dias de hoje. Desde o período colonial, a educação no Brasil foi estruturada de maneira a privilegiar a cultura e os valores da elite branca, marginalizando e subalternizando as populações negras e indígenas.

Durante séculos, a escravidão e o racismo científico foram ferramentas utilizadas para justificar a inferioridade atribuída aos negros e indígenas, negando-lhes acesso à educação formal e relegando-os a condições de marginalização social e econômica.

Após anos de luta de movimentos sociais negros e indígenas, hoje somos norteados pelas Leis nº10.639/2003 e nº11.645/2008 que determinam a implementação de uma Educação Antirracista em todas as unidades escolares, em todo o território brasileiro, possibilitando o conhecimento dos povos nativos, o processo colonialista, a diáspora africana, as diversas culturas e a construção/reconstrução indenitárias de crianças e adolescentes.

Dentre tantos autores e instituições, inicialmente, consideramos Paulo Freire, diante da sua abordagem humanística e libertadora, que vislumbra o conhecimento preexistente como potencialidade de cada sujeito e o território como solo fértil para a aprendizagem. Como representante e precursora do projeto de Lei, dialogaremos sobre as lacunas na implementação e os impactos sociais da não implementação.

Analisaremos dados do IBGE referentes à população negra, evasão escolar, disparidade ano x série e acesso, analisando também recortes de gênero, étnico raciais e territoriais, para que possamos compreender a desigualdade no acesso em âmbito nacional e, quais implicações são compiladas a partir da não implementação das leis.

Outros dados da pesquisa “Juventude fora da escola” serão analisados para compreendermos os impactos do racismo estrutural no acesso e a permanência na educação básica, e por fim, apresentaremos a entrevista com a Professora/Coordenadora Maitê da Silva Souza do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA)/Núcleo de Diversidade Étnico-Racial

(NDER) sobre os desafios e avanços na implementação de educação antirracista – EREER no Maranhão como ferramenta para a democratização do acesso.

Pretende-se com este projeto, trazer os fatos, com medidas que possam auxiliar setores públicos e até a comunidades escolares, no processo de análise de dados a partir de diagnósticos internos e externos, referentes ao acesso à educação, no que diz respeito à etnia, gênero e território.

2. Apresentação do tema e justificativa

A democratização da educação básica no Brasil é um tema relevante e urgente que envolve garantir o direito de todos os cidadãos à uma educação pública, gratuita, laica, equitativa e de qualidade, que respeite a diversidade cultural, étnica, social e regional do Brasil. Porém, em um país com tantas desigualdades e com violações que corroboram com a inacessibilidade e permanência de crianças, adolescentes e jovens negros, principalmente mulheres, no espaço escolar.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE em 2019, 11,8% dos jovens negros de 15 a 17 anos estavam fora da escola, enquanto entre os brancos esse percentual era de 6,1%. As taxas de analfabetismo entre os negros de 15 anos ou mais era de 9,1%, mais que o dobro da taxa entre os brancos (3,6%), ampliando nossa compreensão de que o racismo impacta a execução de políticas públicas e promove a desigualdade dentro e fora das unidades escolares.

Outros dados alarmantes são os da taxa de abandono escolar que era de 1,4% no ensino fundamental e de 5% no ensino médio, e a taxa de distorção idade-série, que indica o percentual de alunos que estão fora da série adequada para a sua idade, era de 11% no ensino fundamental e de 28% no ensino médio.

Mesmo a educação sendo um direito fundamental de todos os cidadãos brasileiros, garantido pela Constituição Federal de 1988, é possível identificamos que os processos colonialistas se mantêm, e como contraponto desta estrutura, devemos pensar em ações afirmativas que possam emancipar e qualificar nossa

educação básica, de forma sistêmica e contínua, garantirmos a aplicabilidade das Leis nº10.639/2003 e nº11.645/2008.

Considerando os dados do Sistema Nacional de Avaliação Básica (SAEBI), que apresentaram que em 2021 apenas 50,1% das escolas tinham projetos ou construíram currículos em conformidade com as diretrizes das Leis supracitadas, apontam um decréscimo de ações afirmativas que garantem a permanência das juventudes nas escolas.

Tais dados revelam não só a ausência de fiscalização com base nas prerrogativas normativas, mas também que os diversos fatores sociais e as falhas no processo de execução da política de educação, quando não implementado programas como a EREER, evadem o aluno, causando mais desigualdades e reforçando o racismo estrutural e institucional da educação brasileira.

Partindo de uma leitura de racismo institucional na educação, identificamos com um fenômeno complexo que possui raízes profundas na história do país e que continua a perpetuar desigualdades até os dias de hoje. Desde o período colonial, a educação no Brasil foi estruturada de maneira a privilegiar a cultura e os valores da elite branca, marginalizando e subalternizando as populações negras e indígenas. Durante séculos, a escravidão e o racismo científico foram ferramentas utilizadas para justificar a inferioridade atribuída aos negros e indígenas, negando-lhes acesso à educação formal e relegando-os a condições de marginalização social e econômica.

Professores negros e indígenas também enfrentam desafios adicionais, incluindo discriminação no ambiente de trabalho e falta de representatividade nos espaços de poder e decisão dentro das instituições educacionais, além de serem a minoria de profissionais contratados, mesmo com os sistemas de cotas em editais públicos. E este fator de representação e representatividade impacta no processo de implementação da Lei 10.639, pois para além de ações afirmativas que infiram no currículo, se faz necessário uma escola plural, a representatividade de professores negros e indígenas possibilita modelos diversos para a construção de uma educação antirracista e inclusiva.

Outro obstáculo é a resistência por parte de alguns setores da sociedade e mesmo de algumas instituições educacionais em reconhecer a importância da diversidade étnico-racial na formação dos estudantes e falta de investimento em capacitação de professores para lidar com temas relacionados à história e cultura afro-brasileira e indígena, bem como na ausência de materiais didáticos adequados e na subrepresentação desses conteúdos nos currículos escolares.

A educação básica no Brasil enfrenta diversos desafios para se tornar mais democrática e inclusiva, especialmente nas regiões mais pobres e vulneráveis do país. Essa educação deve formar cidadãos críticos, conscientes e capazes de atuar na sociedade e no mercado de trabalho. Além disso, é preciso fortalecer a participação da comunidade escolar na gestão da educação, promovendo o diálogo, a transparência e a gestão intersetorial gestores públicos.

A partir da dimensão social da educação, podemos afirmar que é ou deveria ser democrática, abordando de forma integral as culturas indígenas e afro-brasileiras, que constituíram este país. Desse modo, com a intencionalidade de combater o racismo e promover equidade social, devemos proporcionar uma educação que tenha com premissa um currículo decolonial, longe das imposições eurocêntricas, libertador e estimulador de reflexões, que segundo Paulo Freire, contribui para que as pessoas sejam agentes de transformação do mundo, inserindo-se na História.

E para facilitar o debate sobre a questão social e a democratização do acesso à educação, foram criadas as Leis nº10.639/2003 e nº11.645/2008, que apresentam como instrumentalidade na execução das diretrizes da educação básica, a Educação para as Relações Étnico-raciais que pode contribuir para a mudança de cenário atual e garantir um futuro melhor a todos os brasileiros.

Contextualizando a Educação para as Relações Étnico-raciais no Brasil, é importante ressaltarmos que esta ação afirmativa visa reconhecer, valorizar e respeitar as diferentes expressões e manifestações culturais dos povos indígenas, afro-brasileiros e demais grupos que compõem a sociedade brasileira, buscando também combater o racismo, a discriminação e a violência que afetam a vida de milhões de pessoas que sofrem com a exclusão e a desigualdade social.

Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (DCN) orientam a implementação de políticas educacionais que valorizem a pluralidade étnica e cultural do Brasil, bem como a formação de uma identidade nacional pautada na cidadania e na democracia.

A exclusão de mais de 9 milhões de jovens do sistema educacional é uma situação tolerada e normalizada pela sociedade brasileira, especialmente quando ocorre a partir dos 13 ou 14 anos. Isso perpetua um ciclo de desigualdade e pobreza, cujas raízes estão nas desigualdades estruturais do país. Para combater esse problema, é necessário que as políticas públicas sejam complementadas por ações relacionadas ao trabalho, assistência social, gênero e saúde.

Existem relações entre currículos escolares e o desinteresse e dificuldades de aprendizagem de crianças, adolescentes e jovens negros, e com o objetivo de dirimir a evasão escolar e a necessidade de recomposição de aprendizagens, algumas escolas e redes de ensino de cidades brasileiras estão desenvolvendo iniciativas para incluir esses temas nos currículos formais. No entanto, a falta de formação das equipes escolares para tratar tais questões em sala de aula e orçamento adequado para a aplicabilidade de projetos, muitas unidades escolares não dão continuidade às ações.

Um dos fatores que também são correlacionados a evasão escolar é o racismo estrutural, pois diante da naturalização e das metodologias eurocentradas, dificultam a identificação pessoal e comunitária de jovens na escola. Muitos dos alunos que evadem, querem voltar a escola, mas não se sentem pertencentes como apresentado na pesquisa “Juventude Fora da Escola”² realizada pela Fundação Itaú Unibanco, que através de entrevistas quantitativas e qualitativas, identificaram alguns dos motivos que afastam os jovens da escola e as medidas necessárias para incentivá-los a voltar a estudar.

² <https://observatorioept.org.br/conteudos/juventudes-fora-da-escola-b635df8f-00c4-4c8b-a230-29bb45ed025e> acessado em 20/3/2023 às 18h00.

A pesquisa apresentou que 9,8 milhões de jovens estão fora do sistema educacional, e tal dado é naturalizado e tolerado pela sociedade, e que grande parte destes jovens se encontram em situação de vulnerabilidade social, trabalhando em subempregos e sem acesso à direitos fundamentais. Deste total, 23,4% são homens e 16,5% são mulheres, sendo 60% vivem no Nordeste (33,2%) e no Sudeste (32%).

Já quanto cor e raça, a pesquisa demonstra o total de jovens negros fora da escola corresponde a 70,8%, de brancos 20% e outros 1,2%. Possibilitando a compreensão do impacto do racismo nas juventudes, e a partir destes dados, é possível pensar em diversos caminhos para a democratização da educação básica.

Um dos caminhos que também são viáveis e que tenha como objetivo garantir o acesso e diminuição da evasão escolar, pautados em agendas municipais, estaduais e federais que direcionam propostas mais efetivas de implementação, acompanhamento e monitoramento de políticas públicas e ações afirmativas, como a EREER e a proposta de lei apresentada pela presidente da Frente Parlamentar de Educação, deputada Tábata Amaral (PSB/SP) e sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que visa a implementação de um programa de bolsa para estudantes de Ensino Médio que estejam cadastrados no Cadastro Único, a partir de 2024.

Assim, para alcançarmos os objetivos desta pesquisa, realizamos entrevistas que apontam a necessidade e os desafios da implementação da EREER a partir de seus marcos legais e experiências, que podem ser alternativas para o acesso e permanência das juventudes na educação básica, e como oportunidade de continuidade de trilhas formativas, podendo ser acadêmicas ou no mundo do trabalho.

Realizamos entrevistas com especialistas em EREER do estado do Maranhão, que serão apresentadas abaixo na íntegra, com a finalidade de esboçar a dimensão da atuação técnico metodológica dos professores e comunidade escolar no enfrentamento do racismo estrutural nas unidades escolares do estado.

A primeira entrevistada é a Professora/Coordenadora Maitê da Silva Souza do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA)/Núcleo de Diversidade Étnico-Racial (NDER).

Qual a contribuição do Núcleo de Diversidade Étnico-Raciais do IEMA execução das leis 10.639/03 no estado do Maranhão?

“O Núcleo de Diversidade Étnico-Racial (NDER), faz parte das políticas de enfrentamento e combate ao racismo lançadas pelo Governo do Maranhão e têm um papel fundamental na implementação das diretrizes curriculares para a educação das relações étnico-raciais, figurando como agentes de implementação das Leis no 10.639/2003 e 11.645/2008, fortalecendo a educação antirracista, o compromisso com a formação continuada de docentes e o permanente apoio à pesquisa e divulgação científica de estudos relacionados à temática da igualdade racial. Nesse mesmo sentido, as ações do NDER são contínuas no ambiente escolar, por meio da valorização da cultura e história africana, afro-brasileira e indígena, da sensibilização da comunidade escolar para novas posturas e para o letramento racial no currículo, e o foco em contribuir para o enfrentamento das formas de reprodução de discriminação e preconceito”

Quais desafios e avanços na implementação da EREER no estado do Maranhão? Diante dos desafios, quais estratégias antirracistas são utilizadas para dirimir os impactos diretos aos alunos e alunas negros e indígenas?

“O principal desafio é o entendimento das múltiplas identidades e formas expressivas culturalmente falando, das interseccionalidades, ou de outro jeito, da interação ou sobreposição de fatores sociais que definem a identidade de uma pessoa e a forma como isso irá impactar sua relação com a sociedade e seu acesso a direitos no ambiente escolar. Esse desafio nos instiga a construir e aprimorar práticas pedagógicas e socioculturais antidiscriminatórias. Neste sentido, uma das nossas principais estratégias está em fortalecer o diálogo e o incentivo com as pesquisas que buscam estudar a promoção e a metodologia da Educação Antirracista e Antidiscriminatória e as interseccionalidades com as relações de gênero, de identidade de gênero e de orientação sexual, além disso,

com os projetos de pesquisas sobre a atuação de ações afirmativas, do sistema de cotas, promoção dos direitos humanos e cidadania. ”

Quais formações são apresentadas e disponibilizadas aos professores, gestores e comunidade escolar?

“Cursos de capacitação em Educação para as Relações Étnico-Raciais e os ciclos de estudos em Educação em Direitos Humanos e de Introdução aos estudos sobre Gênero e Sexualidade para os docentes e gestores. Como também, ciclos de estudos interdisciplinares sobre as relações étnico-raciais e a equidade de gênero para toda comunidade escolar, abrangendo temas sobre: mulheres negras e indígenas no mercado de trabalho e na produção científica; enfrentamento ao racismo; liberdade religiosa; povos e comunidades tradicionais, indígenas, quilombolas, ciganas e de terreiro; diáspora africana, formas expressivas de artes e cultura; e outras discussões relacionadas ao eixo temático.

Caso queira, conte um pouco sobre sua atuação e ações importantes.

“O NDER se guia em uma Educação Antirracista, Antidiscriminatória e em Direitos Humanos como pilares de atuação, em parceria com a UNICEF, para cumprimento do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 16 e da Agenda 2030, sobre a promoção de uma sociedade pacífica e inclusiva, dessa forma trabalha para a promoção de uma cultura de paz dentro – e fora – das escolas vai ao encontro do cumprimento desse objetivo (UNESCO, 2015). A política de implementação da Educação em Direitos Humanos, antirracista e antidiscriminatória nos IEMA Plenos (IP) está sendo fortalecida por meio do projeto de criação e implementação dos Núcleos Internos de Educação Antirracista e em Direitos Humanos (NEADH), para atuar como um setor propositivo e consultivo que estimula e promove ações de Ensino, Pesquisa e Extensão orientadas à temática das identidades e relações étnico-raciais: racismo, intolerância religiosa, gênero, sexualidade e sociocultural. Neste propósito, o NUDER prevê em suas atividades, a busca pela equidade em uma agenda transversal atuando na estruturação NEADH, equipe técnica

especializada que trabalhe com os direitos humanos, relações étnico raciais e diversidade de gênero e sexualidade nos IPs; formações continuadas em todos seus 44 IEMA Plenos - IP'S, para os profissionais de educação, assim como, também, a produção de materiais didático-pedagógicos específicos e de metodologias de referência que abordam as referidas temáticas.”

Dialogando com as perspectivas apresentadas pela Professora/Coordenadora Maitê, identificamos que os desafios enfrentados no estado do Maranhão são oriundos do racismo estrutural, expressando a partir das desigualdades sociais e os marcadores de gênero e raça/cor, partindo da necessidade de decolonizar currículos e criar uma escola que possibilite a construção de uma identidade para o jovem, que se reconheça no território e acesse os direitos.

2.1 Marcos Teóricos

Para elucidar a compreensão sobre as problemáticas em relação a educação básica no Brasil, esta pesquisa irá se pautar em dados de instituições de pesquisa como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE, que são referência na compilação e apresentação de dados nacionais.

Para analisarmos a dimensão sociohistórica, utilizaremos as reflexões de Paulo Freire, que defendia a democratização do acesso à educação como um meio crucial para a emancipação e transformação social. Acreditava na educação como prática libertadora, destacando a importância de superar as barreiras que impedem a participação igualitária de todos na construção do conhecimento. Freire enfatizava a necessidade de uma educação crítica e participativa para promover a conscientização e a mudança social.

Para o autor não bastava viver no mundo, o homem deveria estar no mundo, interagindo, dialogando, se apropriando e transformando a cultura, é um dos meios principais é a educação, aprendendo e ensinando. Para ele, a educação é uma ferramenta que possibilita humanizar a realidade. Segundo o autor

“A integração ao seu contexto, resultante de estar não apenas nele, mas com ele, e não a simples adaptação, acomodação ou ajustamento, comportamento próprio da esfera dos contatos, ou sintoma de sua desumanização implica em que, tanto a visão de si mesmo, como a do mundo, não podem absolutizar-se, fazendo-o sentir-se um ser desgarrado e suspenso ou levando-o a julgar o seu mundo algo sobre que apenas se acha.” Paulo Freire

Reconheceu a importância da educação no Nordeste do Brasil como uma ferramenta fundamental para combater as desigualdades sociais e promover a autonomia das pessoas. Ele destacava a necessidade de um modelo educacional que considerasse as particularidades culturais da região, estimulando o diálogo e a participação ativa dos alunos na construção do conhecimento. Freire via a educação como um meio de empoderar as comunidades nordestinas, possibilitando uma transformação social mais ampla e justa.

Já quanto a historicidade do racismo estrutural e institucional, analisaremos os estudos do Professor Doutor Dennis Oliveira, que pesquisa o racismo, comunicação e processos midiáticos, onde observou as diversas expressões do racismo na sociedade brasileira e os impactos na estrutura das relações sociais, como apresentamos abaixo:

“A ideia de estrutura aqui aparece não como uma formalidade institucionalizada, mas como uma perspectiva gnosiológica, uma abstração para compreender as dinâmicas da sociedade capitalista para além das suas expressões formais.”

No que diz respeito à implementação da Lei 10.639/03 dialogamos com a senhora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que é uma das relatoras do projeto de lei e que após 20 anos de sua aprovação, não relata que não alcançamos a disseminação desejada, vendo ainda nos dias atuais uma imagem negativa das culturas afrodescendentes e indígenas, como ela cita em uma entrevista que concedeu

“A referida determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação visa, educar a todos os brasileiros e brasileiras

para que conheçam, respeitem e valorizem uma das raízes fundadoras de sua cultura e nacionalidade, a africana. O que precisa ser mudada não é a imagem dos negros, mas a imagem negativa que a sociedade criou e fomenta como se fosse própria deles. Uma imagem que muitos brasileiros, que pretendem manter privilégios e direitos para si próprios e seus grupos originários, cultivam, tentando fazer com que todos partilhem do ideal de fazer do Brasil uma nação monocultural, de raiz predominantemente europeia. ”

Para a ampla compreensão dos marcadores sociais e desigualdades, nos basearemos nas reflexões de Florestan Fernandes que discute a relação entre educação e estratificação social, apontando as desigualdades presentes no sistema educacional e propondo caminhos para tornar a educação mais acessível e igualitária. É também destacar o papel de Sueli Carneiro na interseccionalidade entre raça e gênero na educação, como apresentou em uma entrevista ao Portal Geledés:

“O racismo e a discriminação produzem exclusões no acesso à educação: nas possibilidades de adentrar e concluir os ciclos formais de escolaridade; de ver reconhecida e valorizada a diversidade das contribuições dos diferentes grupos étnicos e raciais e suas culturas no patrimônio da humanidade. O reconhecimento desse problema na sociedade brasileira vem promovendo o desenvolvimento de inúmeras ações pelas organizações negras e outras instituições da sociedade civil empenhadas na superação do racismo e das desigualdades raciais presentes no âmbito da educação.” Sueli Carneiro

Tais autores e instituições mencionadas e consultadas para este projeto, serão fundamentais para analisar de forma crítica e sistemática o impacto do racismo na democratização do acesso à educação e o desenvolvimento de um país equitativo.

3. Objetivo geral e objetivos específicos

O objetivo geral da pesquisa é compreender a importância e a aplicabilidade das Leis nº10.639/2003 e nº11.645/2008 como instrumentalidade na democratização do acesso e permanência das juventudes negras na política de educação. Quando os objetivos específicos, são eles:

- Analisar os dados gerais da população negra como os recortes raciais e etários;
- Analisar dados referentes a evasão escolar com recortes raciais, gênero e etários;
- Compreender os desafios da aplicabilidade das Leis afirmativas em âmbito nacional;
- Analisar resultados que confirmem a EREER como instrumentalidade na democratização de acesso à educação.

4. Metodologia

Inicialmente avaliaremos os dados referentes à população negra no Brasil, compreendendo os territórios com maior número de população com este recorte étnico, possibilitando assim, ler a desigualdade a partir do mapa e posteriormente, aprofundar nos dados de acesso e qualidade da educação.

Para tal aprofundamento, analisaremos dados de evasão escolar, disparidade idade x série e todos os fatores socioeconômicos que impedem o acesso e/ou a permanência de crianças e adolescentes no ambiente escolar.

Como referencial teórico, dialogaremos com autores que pensam a educação, o racismo e a Educação para as relações étnico-raciais como instrumentalidade na garantia de acesso e permanência, traçando uma linha sociohistórica e vislumbrando ações afirmativas que mobilizem a sociedade no processo de execução dos normativos.

Já para análise dos dados e da realidade, realizamos uma entrevista com a Professora/Coordenadora Maitê da Silva Souza do Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão (IEMA)/Núcleo de Diversidade Étnico-Racial

(NDER), abordando o papel da entidade onde ela atua e quais desafios e avanços identificaram no processo de implementação da EREER no estado do Maranhão.

5. Considerações finais

A partir dos dados analisados e da apresentação da realidade no processo de implementação de políticas que garantam acesso de jovem a educação, apontamos que às discriminações étnico-raciais, principalmente aquelas praticadas no âmbito escola, geram diversos fatores que corroboram para a evasão escolar e um menor aprendizado de jovens negros brasileiros.

Sabe-se que a partir do processo de colonização, direitos essenciais foram negados a população negra, impedindo o progresso no âmbito escolar e a sobrevivência de jovens. O sistema colonialista e pós-colonialista trabalhou para que através de normativas legais, pessoas negras e indígenas não acessassem a educação básica, o que nos dias de hoje, decorrem, não da mesma forma, mas por meio do racismo estrutural.

Dentro das expressões do racismo estrutural, compreendemos uma educação eurocentrada, que não respeita as subjetividades e especificidades das juventudes, principalmente a juventude negra e indígena, fazendo com que as escolas se tornem ambientes hostis, inadequados, violentos e racistas, causando a evasão escolar, que na verdade não é um impulso decisório do aluno, mas sim um processo de expulsão por não conformidade com o padrão de aluno pensado e aceito por uma sociedade racista.

A escola se tornou um espaço que se (retro)alimenta da estrutura colonizadora que domina o nosso pensamento (MUDIMBE, 2019), necessitando de estratégias e abordagens que possibilitem intervenções pedagógicas, assistenciais, socioculturais e epistêmica.

As famílias e a comunidade escolar desempenham um papel fundamental ao apoiarem os jovens para que permaneçam na escola ou retornem a estudar. Para isso, é necessário o suporte de políticas públicas e acesso a informações

sobre as consequências de abandonar a escola e as opções disponíveis para retornar.

É necessário combater as desigualdades estruturais do país e envolver todos os setores da sociedade nesse enfrentamento. O apoio das famílias, das empresas, das organizações da sociedade civil e da mídia é fundamental para que os jovens possam acessar seu direito constitucional à educação.

Com base na entrevista realizada com a Professora/Coordenadora Maiara Silva, compreendemos que há a necessidade de uma atuação em esfera governamental, que não sirva ao projeto político, mas sim de um projeto de implementação da Lei 10.639/03, que vise formações contínuas, apoio em projetos de pesquisa com a temática de educação para as relações étnico-raciais, diálogo com a comunidade escolar, entes públicos e iniciativa privada e muita vontade de mudar a realidade.

Precisamos fazer a crítica e nos manter atuante, pois não é possível sentarmos e esperarmos mudanças, precisamos atuar contra o sistema de opressão e desigualdade, pois podemos produzir um “inédito viável” (FREIRE, 2013), partindo da intersectorialidade e da capacidade de articularmos afim de um bem real para a juventude negra no Brasil.

Por fim, acreditamos que a Educação para as Relações Étnico-raciais, focando na educação antirracista é uma ferramenta possível para a democratização e permanência na educação básica, garantindo que as juventudes escolham novos caminhos e possam sonhar, pois como dizia Paulo Freire, a “esperança é uma necessidade ontológica” (FREIRE, 2013, p. 10), e precisamos permitir que estes jovens tenham esperança em si e no nosso país.

7. Bibliografia inicial

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/06/16/populacao-que-se-declara-preta-sobe-para-106percent-em-2022-diz-ibge.ghtml>

<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/populacao-que-se-declara-preta-aumenta-em-2022-e-sobe-para-106-diz-ibge/>

<https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/populacao/18319-cor-ou-raca.html/>

<https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2023/conscienciaNegra2023.html>
[chrome-](#)

extension://efaidnbmnnnibpcajpcgclefindmkaj/https://ftp.ibge.gov.br/Indicadores_Sociais/Desigualdades_por_Cor_ou_Raca_2a_edicao/indice_de_tabelas.pdf

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/bibliotecacatalogo?view=detalhes&id=2101972>

BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 3 ago. 2023.

CERQUEIRA, Daniel; FERREIRA, Helder; BUENO, Samira (coord.) Atlas da violência 2021. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2021.

CRIOLA. Dossiê Mulheres negras e justiça reprodutiva 2020-2021. Rio de Janeiro: Criola, 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos e pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 41. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 3 ago. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Estudos e pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 48. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022a. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101972_informativo.pdf.

Acesso em: 17 ago. 2023.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD Contínua - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: características gerais dos domicílios e dos moradores, 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade: notas sobre uma posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin. (Org). Afrocentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora. São Paulo: Selo Negro, 2009.

ASANTE, Molefi Kete. Afrocentricidade como Crítica do Paradigma Hegemônico Ocidental: Introdução a uma ideia. In: ASANTE, Molefi Kete. Ensaios Filosóficos, v.XIV, dez. 2016. Disponível em: http://ensaiosfilosoficos.com.br/Artigos/Artigo14/02_ASANTE_Ensaios_Filosoficos_Volume_XIV.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

BRASIL. Lei 9394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. DF: Presidência da República, [1996]